

Levantamento dos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural de Santa Catarina

*Localização, Categorização
e Descrição Geral*





INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA

Levantamento dos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural de Santa Catarina

*Localização, Categorização
e Descrição Geral*

Dezembro de 2002

■ ■ ■ **LEVANTAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL DE SANTA CATARINA** ■ ■ ■

ESTADO DE SANTA CATARINA

Governador do Estado de Santa Catarina
Esperidião Amin Helou Filho

Vice-Governador
Paulo Roberto Bauer

Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura
Otto Luiz Kiehn

Secretário-Adjunto de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura
Carlos Lazzaretti

Secretário Executivo do Instituto Cepa/SC
Djalma Rogério Guimarães

Gerente Técnico
Walter Antônio Casagrande

Gerente de Desenvolvimento Organizacional
José Eláudio Della Giustina

Coordenador do Núcleo de Observação e Desenvolvimento do Agronegócio
Paulo Zoldan

EQUIPE DA PESQUISA

Luiz Toresan - **Coordenação geral**
Aline Siminski - **Digitação**
Claudete Maria D. Volpato - **Coordenação regional e entrevistas**
Daniela Nart - **Coordenação regional e entrevistas**
Danilo Pereira - **Elaboração do banco dados via internet**
Eugênio Moretti Garcia - **Coordenação regional e entrevistas**
Evandro Uberdan Anater - **Coordenação regional e entrevistas**
Getúlio Tadeu Tonet - **Coordenação regional e entrevistas**
Janice W. Reiter - **Formatação do questionário**
Lauro Mattei - **Estudos de caso**
Luiz Carlos Marafon - **Coordenação regional e entrevistas**
Renato Deggau - **Desenvolvimento do sistema, processamento e elaboração de relatórios**
Roselita Bonelli Bittencourt - **Coordenação da pesquisa de campo e digitação**
Saturnino Claudino dos Santos - **Coordenação regional e entrevistas**
Thaíse Costa Guzzatti - **Coordenação regional e entrevistas**
Valdir Cembranel - **Coordenação regional e entrevistas**

TEXTO

Luiz Toresan, Thaíse Costa Guzzatti e Roselita B. Bittencourt
Colaboração: Lauro Mattei

APOIO

Bibliotecária – Telmelita Sena
Copidesque – Joares A. Segalin
Revisão Técnica – José Maria Paul

PROJETO GRÁFICO

Capa – Vincent Pasquier (QUO Graphis)
Edição de arte – Alexandre Oliveira
Editoração eletrônica e mapas – Alexandre Oliveira e Juliana Diniz da Silveira

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS E COLABORADORAS

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura de Santa Catarina – SDA/SC
Rede Cepagro
Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri
Federação Catarinense de Municípios - Fecam
Santa Catarina Turismo S.A. - Santur
Associações de Municípios
Prefeituras Municipais

TORESAN, Luiz; GUZZATTI, Thaíse C.; NART, Daniela; BITENCOURT, Roselita B. Levantamento dos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural de Santa Catarina: Localização, Categorização e Descrição Geral. Florianópolis, SC, Instituto Cepa/SC, 2002. 58 p.

ISBN 85-88974-05-3

1. Turismo no Espaço Rural. 2. Turismo Rural. 3. Agroturismo. 4. Cadastro de Empreendimentos Turísticos. I. INSTITUTO CEPA/SC

APRESENTAÇÃO

Com a intensificação do processo de globalização da economia na última década, a produção agropecuária ficou mais exposta à competição internacional e está sendo desafiada a buscar novas alternativas para a viabilizar econômica e socialmente as propriedades rurais.

O estado de Santa Catarina, pela diversidade e riqueza de seu patrimônio natural e pela estrutura fundiária, caracteriza-se pela predominância da agricultura familiar, presente em mais de 90% das propriedades rurais. Para a viabilização da produção da agricultura familiar, novas alternativas estão sendo buscadas, inclusive fora da produção agropecuária.

Dentre as alternativas, o turismo no espaço rural vem ganhando importância por contribuir para a preservação ambiental e cultural, para a produção de alimentos diferenciados e para a valorização do agricultor e de seu trabalho, num contexto de reconhecimento da multifuncionalidade das propriedades nesse espaço.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura de Santa Catarina, através do Instituto Cepa/SC, em parceria com a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia e com a Rede Cepagro, com apoio financeiro do Pronaf, realizou o primeiro levantamento cadastral destes empreendimentos no território catarinense. A pesquisa teve o propósito de melhor conhecer as atividades do turismo no espaço rural, seus impactos e possibilidades para a agricultura familiar.

Esta publicação apresenta os principais resultados do levantamento e oferece algumas sugestões de diretrizes de políticas públicas de desenvolvimento do turismo no espaço rural.

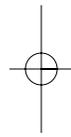
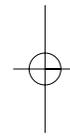
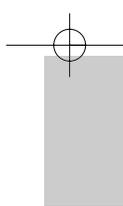
Com este trabalho, espera-se contribuir para a melhoria do conhecimento e para a formulação de políticas públicas ao apoio às atividades turísticas no espaço rural, em especial do agroturismo.

Djalma Rogério Guimarães

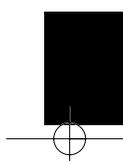
Secretário Executivo do Instituto Cepa/SC e do Pronaf/SC

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
Contexto e justificativa	09
Objetivos da pesquisa	12
METODOLOGIA DA PESQUISA	13
Conceitos utilizados	15
Levantamento de campo	18
Processamento e tratamento dos dados	20
RESULTADOS DA PESQUISA	
Natureza jurídica dos empreendimentos turísticos pesquisados	23
Localização espacial dos empreendimentos turísticos	24
Categorização dos empreendimentos turísticos	27
Serviços prestados pelos empreendimentos turísticos	31
Tempo de atividade, capacidade de atendimento e procedência dos turistas	33
Capacitação e ocupação de mão-de-obra pelos empreendimentos de turismo no espaço rural catarinense	35
O turismo no espaço rural de Santa Catarina e as atividades agropecuárias	37
Financiamento e renda nos empreendimentos de turismo no espaço rural catarinense	39
Perspectivas de ampliação e oferta de novos serviços e dificuldades para o desenvolvimento das atividades turísticas no espaço rural de Santa Catarina	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	45
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	50
ANEXO	51



INTRODUÇÃO



Contexto e justificativa

Durante muito tempo, o mundo rural foi entendido como algo circunscrito às atividades agropecuárias e extrativistas. Só mais recentemente, com a interiorização da infra-estrutura dos serviços urbanos e de outras atividades, até então tidas como típicas do meio urbano, a dicotomia analítica e funcional entre o urbano e o rural perdeu importância.

O cultivo da terra e a criação de animais não constituem mais, para os habitantes do meio rural, seu único meio de vida. Novas atribuições e possibilidades lhes estão sendo oferecidas. Estão se consolidando conceitos como os de multifuncionalidade¹ do meio rural e da agricultura e pluriatividade² dos agricultores, que abrem novas perspectivas para a redinamização do espaço rural.

Novos serviços e atividades estão sendo desenvolvidos no e a partir do espaço rural. Neste contexto, uma atividade que tem despontado é o turismo em áreas rurais. Este segmento tem contribuído

para a preservação ambiental e cultural, para a produção de alimentos diferenciados e, principalmente, para a valorização do agricultor e de seu trabalho. A atividade pode estimular a permanência de famílias e de jovens no meio rural e constituir-se, desta forma, em importante instrumento para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Esta atividade, além de contribuir para aumentar a renda das propriedades rurais, possibilita a geração de empregos e tende a promover uma melhoria na infra-estrutura das cidades e das comunidades rurais.

Na Europa, onde esse tipo de turismo é desenvolvido há mais de 40 anos, é notória a capacidade desta atividade de alavancar o desenvolvimento de áreas rurais econômica e socialmente deprimidas.

Nesse continente, especialmente em países como França, Itália, Espanha e Portugal, o turismo no espaço rural foi visto, inicialmente, como uma alternativa para as propriedades rurais situadas em zonas

¹ Denominação dada ao conjunto de novas formas de organização da produção que procuram se distanciar do modelo de "agricultura profissional", fundado no produtivismo, e que desenvolvem diversas funções no processo de desenvolvimento rural. A multifuncionalidade tem sido associada à segurança alimentar, à valorização do território e à proteção ambiental.

² Processo através do qual os membros da família passam a combinar atividades agrícolas com atividades não-agrícolas, tanto interna como externamente às propriedades. Neste caso, esses membros familiares têm a oportunidade de conjugar vários papéis. E é com esta conjugação que as famílias se tornam pluriativas.

desfavoráveis e que não tinham condições de desenvolver atividades agrícolas de forma competitiva. Em muitas localidades, o turismo ajudou a diminuir o êxodo rural e a manter nas pequenas cidades os serviços públicos essenciais, além de dar importante apoio à proteção da natureza.

O aproveitamento do espaço rural europeu para o turismo foi facilitado pela condição de estresse vivida nas grandes cidades, que levou – e continua levando – seus habitantes a procurarem o ambiente rural para descanso e lazer.

A necessidade de contato com a natureza, a preocupação com a qualidade dos produtos agrícolas (agravada pela crise da vaca-louca), a busca por segurança e por contato com pessoas simples também foram motivos que levaram os urbanos a (re)descobrirem o meio rural.

A diminuição da jornada de trabalho, com o conseqüente aumento do tempo livre, também influenciou positivamente o interesse pelo turismo em áreas rurais, quebrando a lógica do “turismo de massa”, em que as pessoas geralmente viajam para locais distantes apenas uma vez por ano.

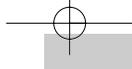
Com o turismo, aproveita-se o fato de as pessoas desfrutarem de férias breves, porém freqüentes (fins-de-semana, por exemplo). Isto é facilitado pelos baixos preços deste tipo de destino turístico, geralmente muito inferiores àqueles observados nos fluxos turísticos tradicionais.

A importância demonstrada pelo turismo no ambiente rural de países como França, Itália, Espanha e Portugal, estimulou o envolvimento da Comunidade Econômica Européia no financiamento, a fundo perdido, de parte destas atividades em seus países membros.

No Brasil, o turismo no espaço rural somente ganhou importância na última década. O município de Lajes, situado no Planalto Serrano Catarinense, é considerado pioneiro na atividade, tendo recebido o título de Capital Nacional do Turismo Rural. Neste município, o turismo é desenvolvido em fazendas que agregaram às suas atividades (geralmente criação extensiva de gado) a função de hotelaria. Uma das características atuais destas fazendas é que a atividade turística se tornou, em alguns casos, a principal fonte de renda.

Em outras experiências, como o de Venda Nova do Imigrante, no estado do Espírito Santo, a atividade é desenvolvida em propriedades em que predomina a agricultura familiar. Neste tipo de unidade produtiva, os agricultores agregam valor à produção primária, através do seu beneficiamento e os visitantes passam de propriedade em propriedade para conhecer e adquirir esses produtos.

No estado de Santa Catarina, estão se multiplicando as iniciativas planejadas e organizadas, individual e espontaneamente, de implantação de circuitos e de empreendimentos turísticos. Aquelas organizadas estão geralmente associadas a algum agente fomentador ou indutor.


introdução

Na experiência da comunidade de Vargem do Cedro, no município de São Martinho, a partir da atuação incentivadora e apoiadora da Igreja Católica, da Epagri e da prefeitura municipal, várias propriedades agrícolas organizadas formaram um circuito turístico para, em conjunto, oferecer opções de hospedagem, alimentação, lazer e venda de produtos típicos.

Em Joinville, na Estrada Bonita, o apoio da prefeitura municipal – através da Fundação 25 de Julho – e a tradição da comunidade na produção e transformação de produtos coloniais viabilizaram a consolidação de um roteiro para visitas e aquisição de produtos coloniais. As proximidades da BR 101, uma rodovia de elevado fluxo de turistas, e a beleza dos recursos naturais existentes facilitam o afluxo de pessoas para a comunidade.

Em outro caso, na Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, que agrupa agricultores familiares das Encostas da Serra Geral, o fator impulsor foi a existência de uma experiência inovadora e bem-sucedida de produção de alimentos agroecológicos nos municípios da região. Nesta experiência, os agricultores se organizaram para oferecer alimentação, hospedagem, lazer e vender seus produtos aos visitantes.

Em outros locais, através de diversas iniciativas individuais, o espaço rural tem recebido a atenção de investidores que apostam em pequenos e grandes empreendimentos turísticos, destinados a uma clien-

tela cada vez mais exigente em qualidade, diversidade de produtos e serviços e autenticidade.

Os serviços de atendimento ao turista têm-se expandido em diversas categorias de empreendimentos, tais como: hospedagem, alimentação, venda de produtos alimentares e de produção artesanal e lazer, de um modo geral.

Com isso, o número de parques aquáticos, resorts, hotéis-fazenda, pousadas, restaurantes, pesque-pague, pontos de venda de produtos, etc., vêm crescendo de maneira notável, especialmente nos últimos anos.

No âmbito da administração pública, diversos municípios e estados brasileiros estão passando a apostar nas atividades de turismo como forma de dinamizar o espaço rural e oferecer alternativas de trabalho e renda para muitas pessoas que se encontram na iminência de migrar para os centros urbanos.

A preocupação dos agentes públicos, no caso do agroturismo, é levar os agricultores a compatibilizar o trabalho com a terra e os animais com o recebimento de visitantes, incluindo em suas atividades diárias a prestação de serviços turísticos no interior das propriedades agrícolas.

Em linha com esta preocupação, há, por parte da Embratur, um interesse explícito de estabelecer uma política de apoio ao turismo em áreas rurais, tendo atuado no ano de 2002 na elaboração de instruções normativas para o setor, como parte de suas atividades de apoio ao desenvolvimento do turismo.

Além disso, através do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT – e outros programas, a Embratur vem buscando incentivar iniciativas locais de organização e desenvolvimento do turismo e apoiando ações de melhoria da capacitação e da infra-estrutura de atendimento ao turista nos municípios brasileiros considerados de vocação turística. Isto permitiu que muitos municípios, de potencial para o turismo em áreas rurais, despertassem para a atividade.

Em complemento a estas iniciativas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA –, tem financiado algumas atividades de pequenos agricultores familiares voltadas ao atendimento a turistas e vem dando indicações que podem ampliar sua atuação nesta área.

Assim, constata-se um ambiente propício para a ampliação e a disseminação dos empreendimentos de turismo no espaço rural. No entanto, as entidades interessadas no apoio e no desenvolvimento deste segmento turístico deparam-se, freqüentemente, com a falta de informações sobre a situação em que se encontra esta atividade.

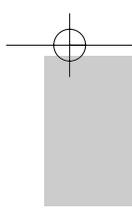
Tendo em vista a vontade manifesta de apoio público a tais iniciativas, bem como as dificuldades observadas para a consolidação destas experiências, é fundamental que se amplie e se aprofunde o conhecimento disponível sobre a real dimensão, as características e a situação em que se encontra atualmente o turismo no espaço rural, além de identificar as suas necessidades.

Esta pesquisa tem o propósito de cadastrar as diferentes categorias de empreendimentos turísticos existentes no espaço rural de Santa Catarina e levantar suas características e condições operacionais, bem como identificar a importância da atividade turística no contexto da produção agropecuária e as relações que ali se estabelecem, com vistas a dar suporte ao planejamento da atividade e à formulação de políticas públicas para apoiar o desenvolvimento do setor.

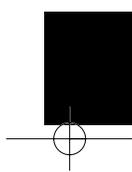
Objetivos da pesquisa

A pesquisa teve o objetivo de identificar, dimensionar, localizar e caracterizar as atividades de turismo no espaço rural de Santa Catarina. Especificamente, o estudo visou:

- cadastrar as unidades prestadoras de serviços turísticos no espaço rural catarinense;
- localizar e dimensionar as atividades de turismo no espaço rural;
- identificar os empreendimentos de agroturismo existentes no espaço rural do estado;
- estabelecer uma categorização dos empreendimentos turísticos e indicar sua importância socioeconômica;
- identificar os principais serviços turísticos oferecidos no espaço rural;
- identificar as principais dificuldades e as perspectivas de crescimento deste segmento.



METODOLOGIA DA PESQUISA



Conceitos utilizados

Muitos termos são empregados para definir as atividades de turismo desenvolvidas nas áreas rurais, tais como: turismo rural, agroturismo, agriturismo, turismo verde, ecoturismo, turismo ecológico, turismo de aventura, turismo de conhecimento, turismo de campo, turismo de aldeia, etc.

A utilização desta multiplicidade de conceitos para denominar as atividades turísticas no espaço rural tem dificultado o entendimento, e até mesmo a implementação, de políticas públicas para o desenvolvimento do setor.

Instituições que se ocupam do fomento e apoio a estas atividades adotam conceitos cujo entendimento está, muitas vezes, circunscrito às suas regiões de atuação.

Este cenário de indefinição conceitual, com múltiplas terminologias para designar, muitas vezes, coisas semelhantes, não propicia ao consumidor a clareza necessária quanto ao produto ofertado e aos serviços prestados. Pelo contrário, freqüentemente acaba gerando mais confusão do que esclarecimento para a escolha correta do produto turístico desejado.

A dificuldade nas definições tem muitas origens e, segundo OXINALDE (1994), estende-se (inclu-

sive) às palavras turismo e rural, bastante ambíguas. Segundo o autor,

"o turismo rural engloba as modalidades de turismo, que não se excluem e que se completam, de forma tal que o turismo no espaço rural é a soma do ecoturismo e do turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo, agroturismo e turismo de aventura".

A imprecisão dos conceitos também pode estar relacionada à tentativa de classificação baseada em parâmetros europeus, que resulta em equívocos por se tratar de realidades diferentes e distintas.

Segundo RODRIGUES (2001), qualquer tentativa de definir as modalidades de turismo rural deve considerar os seguintes pontos:

- processo histórico de ocupação territorial;
- estrutura fundiária;
- características paisagísticas regionais;
- estrutura agrária, com destaque para as relações de trabalho desenvolvidas;
- atividades econômicas atuais;
- características da demanda;
- tipos de empreendimento.

Para a autora, o turismo rural estaria correlacionado a atividades agrárias, passadas e presentes, que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural.

GRAZIANO DA SILVA (1998) emprega a denominação turismo em áreas rurais para englobar atividades de serviços não-agrícolas, que se vem desenvolvendo no interior das propriedades rurais (denominadas de turismo rural ou agroturismo) e aquelas atividades de lazer realizadas no meio rural, denominadas de ecoturismo, turismo de negócios, turismo de saúde, etc.

Esta distinção é importante porque, em geral, as atividades ligadas a outras modalidades de turismo que não o agroturismo – como o "SPA" rural, os centros de convenções no campo, os treinamentos de executivos e os parques naturais para atividades esportivas, além do ecoturismo – são realizadas em determinadas regiões que possuem atrações que, por si próprias, despertam o interesse e a curiosidade das pessoas.

Ou seja, são atividades não-agrícolas localizadas, do ponto de vista estritamente geográfico, em zonas rurais, mas externas às propriedades agropecuárias da região onde se instalam e que nada têm a ver com suas rotinas, constituindo um mundo à parte e, às vezes, um verdadeiro enclave.

Na mesma linha, RODRIGUES (2001) evidencia que uma pousada ou um hotel às margens de uma rodovia, cuja localização seja convencionalizada como rural, a rigor não pode ser classificada como equipamento de turismo no espaço rural.

Dada a diversidade de conceitos e visões sobre as atividades de turismo desenvolvidas no espaço rural, neste trabalho foram adotadas algumas definições

que, segundo a percepção dos pesquisadores envolvidos no trabalho, estavam mais de acordo com a realidade do estado de Santa Catarina. Neste sentido, foram definidos e utilizados para o preenchimento do questionário do anexo 1 os seguintes conceitos:

- **AGROTURISMO:** segmento de turismo desenvolvido no espaço rural por agricultores familiares, dispostos a compartilhar seu modo de vida, patrimônio cultural e natural, mantendo suas atividades econômicas e oferecendo produtos e serviços de qualidade, valorizando e respeitando o ambiente e a cultura local e proporcionando bem-estar aos envolvidos. Para efeito deste estudo, considerou-se como agroturismo o produto ou o serviço desenvolvido pelo agricultor familiar com pelo menos metade da mão-de-obra empregada no turismo pertencente ao núcleo familiar. Além disso, as atividades com a agropecuária deveriam manter uma importante contribuição na renda familiar total (contribuir com no mínimo 20%).
- **ALIMENTOS DA INDÚSTRIA CASEIRA:** produtos obtidos de forma artesanal nas propriedades agrícolas, geralmente utilizando matérias-primas produzidas localmente (queijos, salames, mel, cachaça, pães, bolachas, vinhos, licores, farinhas, conservas, etc.).
- **EDUCAÇÃO AMBIENTAL/PROPRIEDADE PEDAGÓGICA:** situação na qual a propriedade recebe grupos escolares ou outros, por possuir reconhecida importância ou valor para a preservação ou

metodologia da pesquisa

educação ambiental, com o propósito de melhorar a consciência e o conhecimento ecológico das pessoas, razão pela qual é visitada.

- **EMPREENDIMENTO TURÍSTICO:** atividade econômica implantada para receber turistas e explorar comercialmente os produtos ou serviços oferecidos.
- **EVENTOS FOLCLÓRICOS:** apresentações culturais que retratam e resgatam costumes, tradições ou crenças dos antepassados.
- **INDÚSTRIA RURAL:** atividade de transformação de matérias-primas, geralmente obtidas no próprio meio rural, em produtos alimentares, utensílios, objetos de decoração, produtos de beleza, etc., envolvendo geralmente pequenas e médias plantas industriais.
- **MÃO-DE-OBRA CONTRATADA:** pessoa contratada (podendo ser da família) para trabalhar em atividade agropecuária ou de turismo na propriedade, mediante pagamento previamente combinado, para dedicação ao trabalho em tempo parcial ou integral.
- **MEMBRO DA UNIDADE FAMILIAR:** pessoa de laço consanguíneo (pai, mãe, filho(a), neto(a), etc.), ou de vínculo legal ou de afinidade com o dono do empreendimento (genro, nora, cunhado, filho/a de criação, etc.) e que compartilhe e/ou participe da renda da família.

- **NOME DO EMPREENDIMENTO:** denominação pela qual o empreendimento é usual ou popularmente conhecido, podendo ser o mesmo que o da razão social (nome como é registrado na junta comercial), caso esta exista, ou um nome fantasia (termo pelo qual é designado, chamado ou reconhecido pelas pessoas).
- **ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL (ONG):** entidade formalmente constituída, com personalidade jurídica privada e sem fins lucrativos. Estão nesta categoria associações de produtores, de moradores e de classe, entidades ambientalistas e de prestação de serviços voluntários de natureza social, etc.
- **PESSOA FÍSICA:** situação na qual o(s) proprietário(s) não constituiu(íram) firma para operar o empreendimento, ou seja, não foi inscrito na junta comercial.
- **PESSOA JURÍDICA:** situação na qual o(s) proprietário(s) constituiu(íram) firma para operar o empreendimento, ou seja, tem inscrição na junta comercial.
- **RAZÃO SOCIAL:** nome pelo qual o empreendimento está registrado (inscrito) legalmente perante a junta comercial, caso exista.
- **TRABALHADOR EM TEMPO INTEGRAL:** condição na qual a pessoa trabalha todo o tempo exclusivamente numa só atividade, podendo ser

nas atividades agropecuárias ou empreendimento turístico ou, ainda, em outra atividade dentro ou fora da propriedade (no caso de membros da família).

- **TRABALHADOR EM TEMPO PARCIAL:** condição na qual a pessoa dedica apenas parte de seu tempo durante o dia ou apenas alguns dias por semana ou ainda alguns períodos por ano para a agropecuária e/ou para o empreendimento turístico. Uma pessoa da unidade familiar ou contratada em caráter permanente pode dedicar uma parte do tempo à agropecuária e a outra ao turismo.
- **TURISMO DE CONHECIMENTO:** situação na qual a propriedade é visitada por pessoas com o objetivo de ter contato e conhecer como são realizadas as atividades agropecuárias ou de transformação industrial, a forma de produzir e/ou de viver do produtor.
- **TURISMO NO ESPAÇO RURAL:** conjunto de atividades e empreendimentos localizados no espaço rural, voltados à prestação de serviços ou à venda de produtos a turistas.
- **UNIDADE FAMILIAR:** conjunto de indivíduos, com laços consanguíneos ou não, que vivem numa mesma propriedade e que subsistem e/ou participam de renda em comum, com algum vínculo legal ou de afinidade com o(s) proprietário(s) do empreendimento turístico.

Levantamento de campo

O levantamento de campo buscou incluir todos os empreendimentos de prestação de serviços turísticos existentes no espaço rural dos 293 municípios de Santa Catarina. Foram objeto do estudo todas as unidades de atendimento ao turista com objetivos comerciais, localizadas no meio rural dos municípios. As atividades turísticas localizadas no perímetro urbano das pequenas cidades interioranas que possuíam características típicas do meio rural (hotéis-fazenda, pousadas rurais, pesque-pague, etc.) também foram objeto de levantamento.

Procurou-se não incluir no levantamento as unidades prestadoras de serviços ou de venda de produtos, que, mesmo localizadas no espaço rural, não são prontamente reconhecidas como de atendimento ao turista ou de atração turística. Pertencem a este grupo os serviços de alimentação e de venda de produtos localizados ao longo de rodovias ou a venda de produtos artesanais e da pequena indústria localizada no meio rural, cuja relação com os visitantes seja meramente comercial, sem conotação de visita turística.

Para efetuar o levantamento, foi elaborado e estruturado um questionário, cujo conteúdo permitisse coletar as informações cadastrais dos empreendimentos turísticos; caracterizar o tipo de atividade turística exercida, os serviços e a infra-estrutura disponíveis; identificar o tempo de funcionamento, a capacidade de atendimento e a origem do público visitante; quantificar a mão-de-

metodologia da pesquisa

obra utilizada e verificar sua composição e as condições de ocupação e de capacitação; identificar a origem dos recursos aplicados na atividade turística e a composição da renda familiar; identificar as perspectivas das atividades turísticas e as dificuldades percebidas pelos empreendedores para o seu desenvolvimento (Anexo 1).

O levantamento procurou conhecer as relações que ocorrem entre as atividades de atendimento ao turista e as atividades agropecuárias no que diz respeito à contribuição para a renda familiar, ao emprego e à ocupação de mão-de-obra familiar e contratada no turismo e na agropecuária, de modo a permitir a identificação e a diferenciação das modalidades de turismo existentes no espaço rural, em especial do agroturismo enquanto segmento turístico.

Para facilitar a gestão operacional do levantamento nos municípios, efetuou-se uma divisão regional do território de Santa Catarina em 12 regiões geográficas, de tal modo a facilitar o processo de treinamento e de coordenação e recebimento dos questionários preenchidos.

Para cada região foi escolhido um coordenador regional da pesquisa de campo, pertencente aos quadros do Instituto Cepa/SC ou dos parceiros da pesquisa (Rede Cepagro e Acolhida na Colônia). O coordenador regional teve a função de apoiar os pesquisadores municipais na solução de problemas de campo, dirimir dúvidas de preenchimento, receber os questionários preenchidos e encaminhá-los ao processamento central, efetuar checagem e crítica de preen-

chimento e, ainda, realizar diretamente o levantamento nos municípios onde não foi viabilizada a participação de um pesquisador local.

A unicidade dos conceitos e a padronização dos procedimentos empregados na operação de campo foram buscadas através da elaboração de um manual de instruções para preenchimento do questionário, que serviu de base para os treinamentos dos pesquisadores. No manual de instruções foram definidos os conceitos básicos a serem utilizados, os procedimentos a serem seguidos para identificação das unidades objeto de pesquisa, a conduta a ser seguida pelo entrevistador e os procedimentos específicos de preenchimento de cada campo do formulário de levantamento.

Uma vez definidos o conteúdo do questionário e seu formato e elaborado o manual de instruções de preenchimento, foi efetuado um teste-piloto de campo para aplicação da pesquisa com o propósito de verificar o entendimento e a adequação dos questionamentos e dos formatos, bem como testar a facilidade e disposição de fornecimento de respostas por parte dos informantes. Após pequenos ajustes, foram definidos o conteúdo e a formatação final do questionário de levantamento.

Para sua aplicação, buscou-se inicialmente a indicação, por parte de cada município, de um entrevistador/pesquisador para ser o responsável pela tarefa no âmbito desse município. Para isso, contou-se com o apoio das entidades parceiras e colaboradoras do estudo, como a Federação Catarinense de Municípios – Fecam –, Santa Catarina Turismo SA – Santur³ –, Empresa Catari-

nense de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – Epagri –, associações de municípios e prefeituras municipais.

Todos os 293 municípios foram contatados para busca de apoio para a pesquisa e para a indicação de um técnico da prefeitura para participar. Em geral, a participação ocorreu através das secretarias municipais de Agricultura ou de Turismo.

Nos locais em que não foi possível viabilizar a participação de um técnico municipal, o preenchimento do questionário foi realizado por técnico da Epagri ou pelo coordenador regional da pesquisa.

Em cada uma das 12 regiões realizou-se um treinamento para os coordenadores regionais e os pesquisadores locais (municipais) a fim de familiarizá-los com o instrumento de coleta e com a sistemática de aplicação, padronizar conceitos, definir normas de aplicação da pesquisa, de preenchimento e de crítica de campo.

As entrevistas com os empreendedores de atividades turísticas no espaço rural dos municípios catarinense foram realizadas no período de dezembro de 2001 a abril de 2002. Os questionários – um para cada unidade objeto do estudo – foram recolhidos pelos coordenadores regionais, submetidos a conferência e crítica de preenchimento e, posteriormente, enviados à unidade central de processamento.

³Empresa estatal responsável pela política e pela promoção do turismo em Santa Catarina.

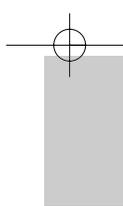
Processamento e tratamento dos dados

O processamento eletrônico dos questionários se consistiu em um conjunto de programas computacionais que permitiu: a entrada dos dados; conferência e comparação das digitações; checagem de consistência e crítica eletrônica do preenchimento; processamento e tabulação das informações; concepção e montagem de banco de dados cadastrais; emissão de relatórios com identificação de problemas e de resultados.

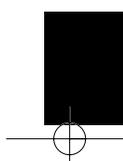
Os questionários recebidos das regiões passaram por um processo de conferência e crítica antes de serem digitados. Após a digitação, todo questionário foi redigitado por uma segunda pessoa, com o objetivo de assegurar a veracidade do conteúdo a ser processado. Um relatório eletrônico de comparação entre as duas digitações destacou as diferenças, que foram resolvidas por uma terceira pessoa.

A detecção de inconsistências de resposta, preenchimento insuficiente ou de campos em excesso, implicou o retorno do questionário ao coordenador regional ou ao técnico municipal responsável pela entrevista para que fossem efetuadas as correções devidas através de um segundo contato com o entrevistado.

Uma vez definidos os cálculos a serem executados e as tabulações de saída, foram emitidos relatórios parciais para que se checasse a exatidão dos procedimentos computacionais. Depois de feitas todas as correções, foram emitidos os relatórios finais com as tabulações para a análise.



RESULTADOS DA PESQUISA



resultados da pesquisa

Dos 1.174 empreendimentos de turismo cadastrados no espaço rural dos 293 municípios catarinenses⁴, 551 foram identificados como unidades de agroturismo. A característica ou requisito determinante era que, além de ter na prestação de serviços turísticos uma atividade complementar à exploração agropecuária, a unidade representasse uma importante contribuição da agropecuária na formação da renda da unidade familiar e ter na mão-de-obra familiar a maior parte da força de trabalho envolvida na atividade turismo.

A seguir, os empreendimentos turísticos do espaço rural de Santa Catarina são localizados espacialmente, categorizados e descritos quanto às suas características essenciais.

⁴O cadastro dos empreendimentos de turismo no espaço rural de Santa Catarina pode ser visto em www.icepa.com.br, assim como efetuando download deste relatório em formato pdf.

Natureza jurídica dos empreendimentos turísticos pesquisados

Predomina a informalidade na constituição de empreendimentos turísticos no espaço rural de Santa Catarina. Menos de um terço deles é composto por pessoas jurídicas; ou seja, a grande maioria das unidades foi formada por pessoas físicas, sem que tenha sido constituída firma para sua operação.

É possível que muitos empreendedores de turismo prefiram permanecer como pessoas físicas porque, sendo também produtores agropecuários, a personalização jurídica da atividade turística implicaria mudanças nas condições e regras de acesso previdenciário e ao crédito agrícola.

Parece haver uma maior preocupação em dar personalidade jurídica aos empreendimentos somente quando há pressões ou exigências legais por parte das prefeituras ou órgãos de controle sanitário, como no caso da prestação de serviços de alimentação e certos tipos de transformação industrial de produtos alimentares, ou quando se trata de empreendimentos de maior porte, casos de hotéis, parques aquáticos, etc., os quais demandam uma estrutura gerencial mais organizada.

Outra característica predominante entre os proprietários dos empreendimentos turísticos pesquisados é a individualidade das iniciativas. Apenas 22% dos empreendimentos são formados por sociedade

de pessoas envolvendo indivíduos de fora do núcleo familiar. A preferência por iniciativas individuais ou familiares parece decorrer da própria condição de predomínio das pessoas físicas, fator que dificulta operar em sociedade.

Localização espacial dos empreendimentos turísticos

Os empreendimentos turísticos no espaço rural de Santa Catarina se concentram em três das seis regiões geográficas do estado: Vale do Itajaí (27%), Sul (25%) e Oeste (21%) (Figura 1). São justamente as regiões de maior importância relativa da pequena agricultura familiar e de maior concentração dos empreendimentos de agroturismo, quase metade das unidades turísticas existentes.

Estas três regiões apresentam, de modo geral, características semelhantes quanto ao processo de ocupação da terra e quanto à origem de seus colonizadores. Foram imigrantes europeus e seus descendentes, em sua grande maioria italianos e alemães, que se instalaram em pequenas áreas para explorar a agricultura em regime de trabalho familiar. Estas condições histórico-culturais devem ter favorecido o processo de exploração da atividade turística nestas regiões.

A Região Serrana, apesar de comportar o município de Lages, conhecido nacionalmente como a capital do turismo rural, apresenta a mais baixa participação no estado, com apenas 6% do total das experiências cadastradas. Este baixo número de unidades turísticas na região se deve à característica do turismo ali desenvolvido, baseado em hotéis-fazenda, em fazendas de grande extensão e concentrado nos municípios de Lages, São Joaquim, Urubici e Bom Jardim da Serra.

A figura 2 mostra a distribuição dos municípios de Santa Catarina segundo o número de unidades turísticas cadastradas. De cada dez municípios catarinenses, oito abrigam pelo menos um empreendimento de turismo em seu espaço rural. A grande maioria dos municípios (55%) possui, em seu meio rural, entre uma e cinco unidades comerciais para recepção e atendimento ao turista.

Como pode ser visualizado na figura, os municípios que possuem mais unidades se concentram nas regiões Sul, Serrana, Norte e Vale do Itajaí. São 11 os municípios do estado que possuem 18 ou mais empreendimentos turísticos em seu meio rural.

Dentre os municípios, a maior concentração de unidades turísticas no espaço rural encontra-se em Cocal do Sul, município localizado próximo de Criciúma, com 32 empreendimentos, a grande maioria voltada à venda de produtos alimentares coloniais e da pequena indústria rural, para aproveitamento do

resultados da pesquisa

potencial mercadológico representado pelos aglomerados urbanos de Criciúma e arredores.

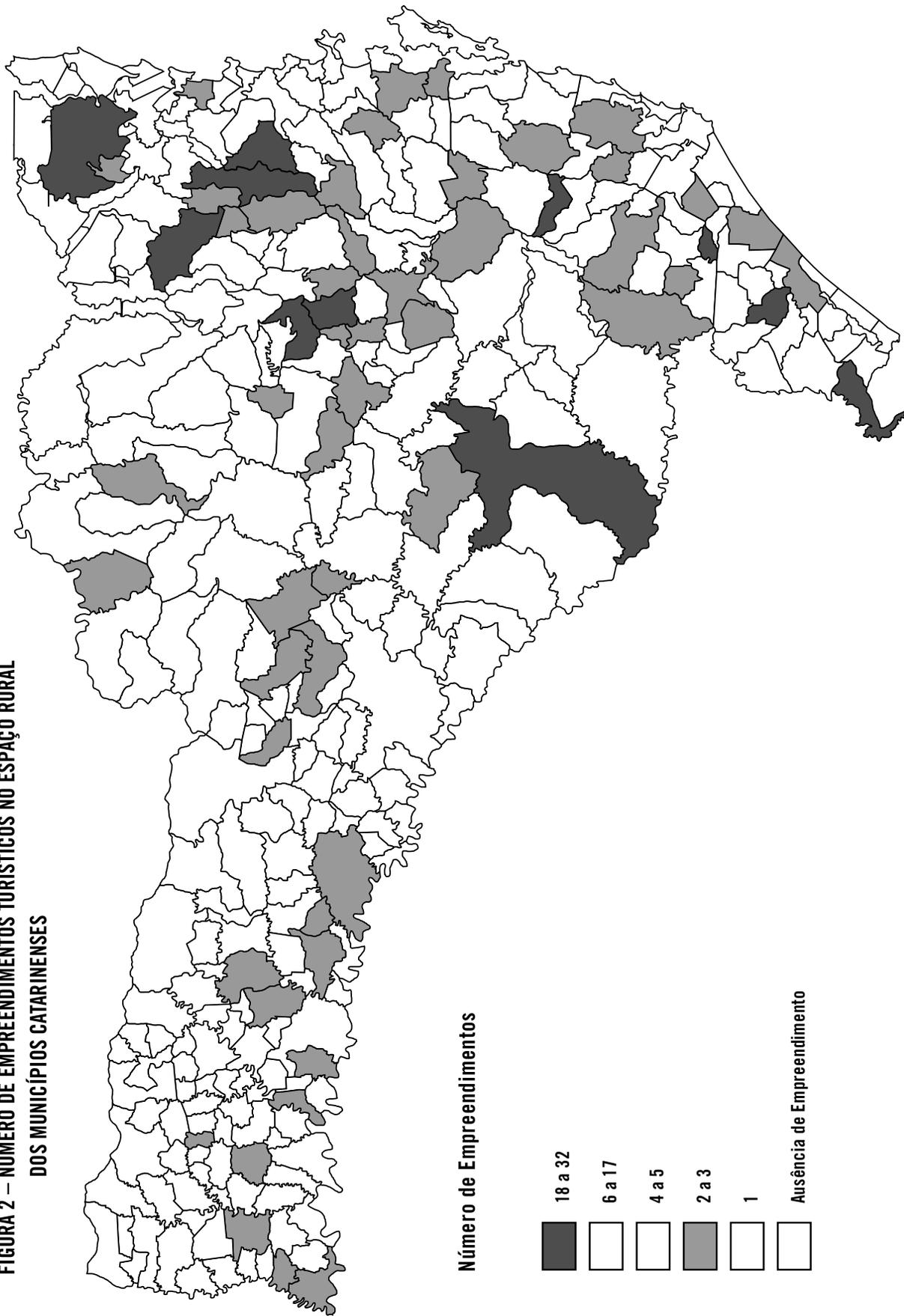
Lages, com 26 unidades cadastradas, é o município catarinense que possui a segunda maior concentração. Grande parte é formada por equipamentos de

hospedagem, representados por hotéis-fazenda e pousadas rurais. Além da prestação de serviços de hospedagem para o turismo de inverno, este município dispõe de um bom número de unidades que propiciam ao turista a pesca de trutas, peixe de clima frio, bastante criado na região.



■ ■ ■ LEVANTAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL DE SANTA CATARINA ■ ■ ■

FIGURA 2 – NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS NO ESPAÇO RURAL DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES



Categorização dos empreendimentos turísticos

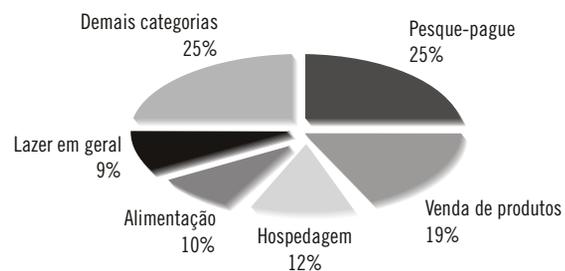
Os empreendimentos turísticos levantados na pesquisa foram classificados segundo categorias de atividade principal. Dentre as categorias identificadas, a de pesque-pague é a mais representativa, perfazendo mais de uma quarta parte de todas as unidades levantadas (Tabela 1 e Figura 3). Os programas públicos de apoio à construção de açudes que ocorreram a partir dos anos oitenta e, posteriormente, a estruturação da assistência técnica estadual pública para a piscicultura, incentivaram a criação de peixes, atividade considerada como uma extensão da atividade agropecuária.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, SEGUNDO A CATEGORIA DE ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO

CATEGORIA DE ATIVIDADE PRINCIPAL	NÚMERO	%
Serviços de hospedagem	140	12
Camping	93	8
Serviços de alimentação	112	10
Venda de produtos	227	19
Turismo de conhecimento	81	7
Pesque-pague	298	25
Parque aquático	66	6
Lazer em geral	101	9
Outra categoria	56	5
TOTAL	1,174	100

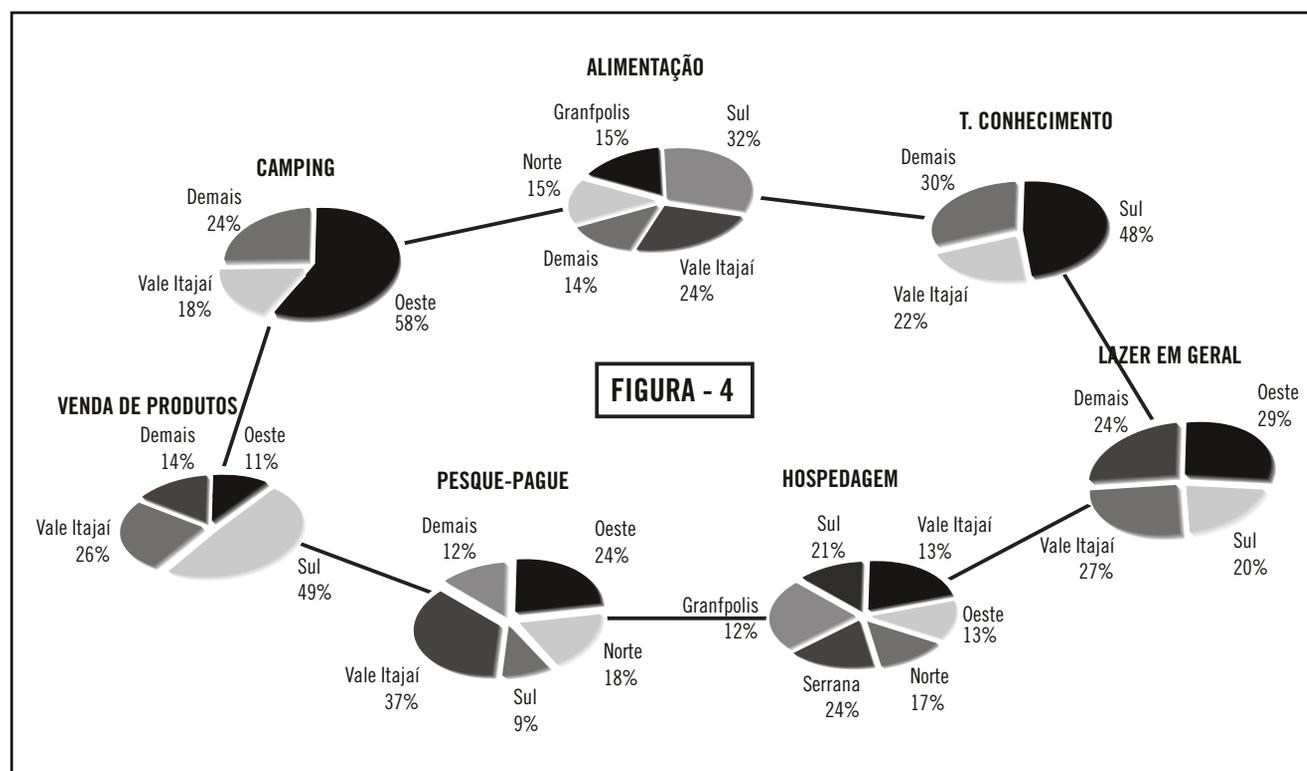
FONTE: Pesquisa de Campo.

FIGURA 3 - COMPOSIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS SEGUNDO AS CATEGORIAS



A existência de certa tradição na criação de peixes em açude pelos agricultores, a facilidade e os custos relativamente baixos de implantação de pesque-pague e uma demanda um pouco desenvolvida para esta forma de lazer, que é extensiva a todos os membros das famílias visitantes, fizeram multiplicar o número de pesque-pague no território catarinense ao longo da década de noventa.

Dos cerca de 300 pesque-pague ativos em todo o estado, 37% estão localizados no Vale do Itajaí, 24% no oeste e 18% no norte (Figura 4), de acordo com a maior importância relativa da criação de peixes em açudes nestas regiões, em relação ao restante do estado.



Os empreendimentos de pesque-pague compõem a mais importante das categorias de atividade principal em quatro das seis macrorregiões em que é dividido o estado. Na região Norte Catarinense, eles são 35% dos empreendimentos turísticos, e, no Vale do Itajaí, no oeste e na região Serrana, representam 34%, 29% e 25%, respectivamente, do total de unidades cadastradas.

A segunda categoria de empreendimentos turísticos mais representativa no meio rural catarinense é composta pelas unidades de venda de produtos, somando quase 20% do total (Figura 3). De modo geral, são pontos de venda de produtos localizados junto aos domicílios dos produtores. Neles são

comercializados produtos alimentares ou bebidas produzidos de forma artesanal em pequenas unidades de transformação instaladas em propriedades agropecuárias. Os turistas em passeio no espaço rural visitam estas propriedades e adquirem produtos diferenciados.

Os pontos turísticos voltados à venda de produtos estão mais concentrados na Região Sul do estado, com quase a metade dos empreendimentos totais, e no Vale do Itajaí, onde se localiza pouco mais de uma quarta parte das unidades existentes ativadas.

No sul do estado, quase 40% dos 290 empreendimentos turísticos cadastrados pertencem à categoria

resultados da pesquisa

venda de produtos. Esta região conta com a presença marcante de agricultores de origem italiana, que oferecem aos visitantes produtos típicos de suas regiões de origem, como vinho, queijo e salame.

Na verdade, a venda de produtos artesanais e/ou coloniais é uma atividade comum e tradicional das propriedades que têm como base a agricultura familiar, mesmo quando não relacionada à atividade de turismo, representando uma importante forma de agregação de valor e renda às atividades agropecuárias.

Outra categoria de serviço turístico oferecida de forma significativa no meio rural do estado é a da hospedagem, com 12% de todos os empreendimentos. Incluem-se nesta categoria os hotéis-fazenda, as pousadas rurais, o aluguel de quartos coloniais e outros equipamentos de hospedagem, onde as pessoas buscam lazer e desfrutar das coisas típicas do ambiente rural, tais como: contato com a natureza e suas belas paisagens, arquitetura, criação de animais, agricultura, trabalho, festas e forma de ser e de viver do mundo rural.

Como indica a figura 4, as unidades que oferecem serviços de hospedagem estão mais concentradas nas regiões Serrana, Sul Catarinense e Norte Catarinense, onde estão localizadas mais de 60% delas.

Na região Serrana, onde se localizam os campos de altitude com grandes fazendas de criação de gado, 44% dos 75 empreendimentos cadastrados caracterizam-se pela oferta de serviços de hospedagem como

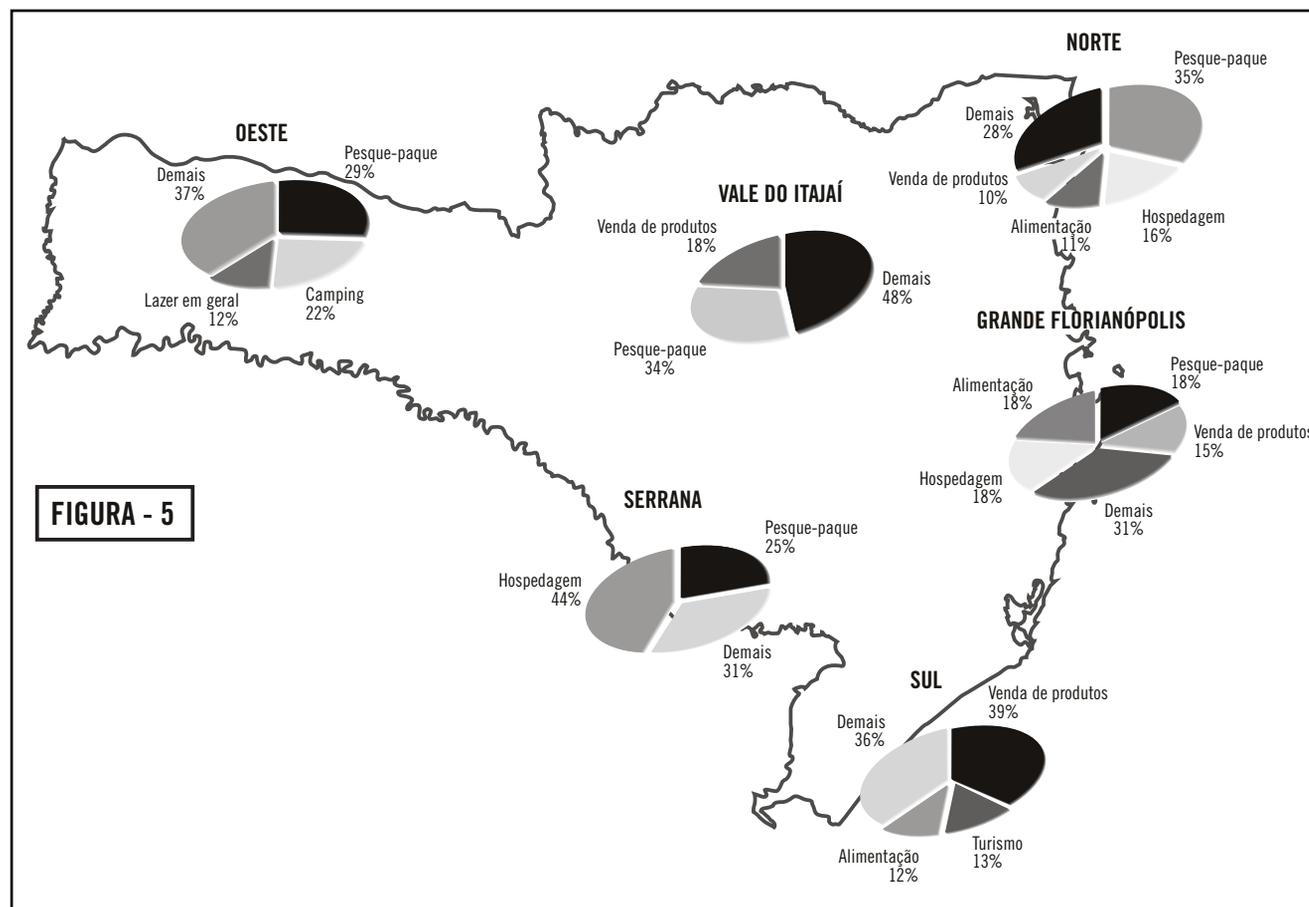
atividade principal. Esta é a região da neve e da geada de Santa Catarina e abriga a rota turística do frio, onde as pessoas buscam aproveitar o clima de inverno e desfrutar do ambiente típico da estação, hospedando-se nas pousadas e hotéis-fazenda da região. A Festa do Pinhão, que ocorre todos os anos no mês de junho em Lages, tem servido de estímulo à ampliação da infra-estrutura de hospedagem ligada ao turismo no espaço rural da serra catarinense.

Seguem-se, em importância relativa na representatividade dos empreendimentos de turismo no meio rural catarinense, as unidades de serviços de alimentação (restaurantes, bares e lanchonetes), com 10% das unidades, os serviços de lazer em geral (9%) e os camping (8%).

Na abrangência regional, a distribuição dos empreendimentos entre as diferentes categorias, como era de se esperar e já indicado anteriormente, guarda uma estreita relação com as condições geográficas e históricas das regiões. A figura 5 mostra a composição dos empreendimentos turísticos de cada uma das seis macrorregiões que compõem o estado de Santa Catarina.

Na região Oeste, a mais distante do litoral, são mais importantes os pesque-pague e os camping. No norte do estado, pela importância da piscicultura na área mais próxima do litoral, destacam-se os pesque-pague. Também são importantes nesta região as unidades de prestação de serviços de hospedagem.

■ ■ ■ LEVANTAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL DE SANTA CATARINA ■ ■ ■



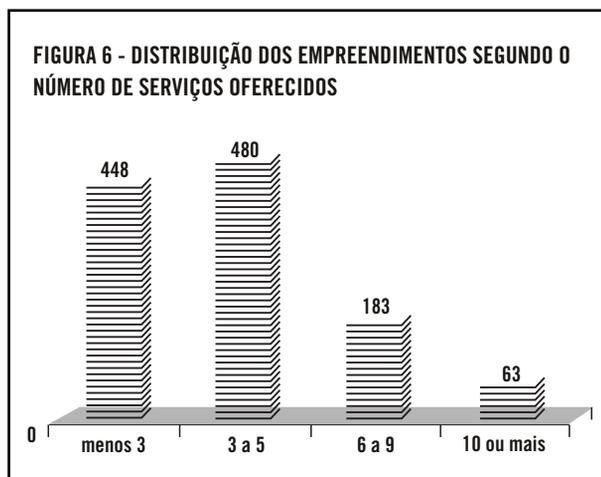
Os serviços de hospedagem e os pesque-pague se sobressaem na representatividade dos empreendimentos da região serrana, enquanto na região da Grande Florianópolis as unidades de prestação de serviços turísticos são relativamente mais bem distribuídas entre as categorias. Nesta região, próxima do litoral e menos importante do ponto de vista agrícola, não foram identificados camping no espaço rural e foram poucas as unidades de turismo de conhecimento cadastradas.

No sul do estado, há uma grande representação dos empreendimentos de venda de produtos, coerente com as tradições italianas de venda de queijos, salames e vinhos coloniais nas próprias propriedades agrícolas que os produzem. Já no Vale do Itajaí, são mais representativos os pesque-pague e os pontos de venda de produtos aos turistas.

Serviços prestados pelos empreendimentos turísticos

Além do serviço principal (atividade central), foram levantadas informações referentes a outros serviços turísticos adicionais oferecidos ao turista. De um modo geral, constata-se que são poucos os serviços turísticos dos empreendimentos além daquele que é seu fim principal.

Do total de unidades levantadas, 38% oferecem apenas um ou dois tipos de serviços, incluindo o principal. Sobee para 79% o percentual daquelas que dispõem de no máximo cinco serviços a serem usufruídos por sua clientela (Figura 6).



O tamanho do leque parece ser função do tipo ou da categoria da unidade turística, sem diferenças significativas entre regiões. São os empreendimentos de venda de produtos, de pesque-pague e turismo de

conhecimento que possuem um número mais reduzido de serviços adicionais à disposição do turista.

A existência de poucos serviços à disposição do visitante é provavelmente uma forte limitação à sua atração e, principalmente, a um tempo de permanência maior no local, especialmente quando se trata de empreendimento isolado, desvinculado de circuito organizado e com baixo grau de complementaridade com outras unidades de recebimento de turistas. Isto ajuda a explicar por que em alguns empreendimentos ocorre alta ociosidade, baixa taxa de retorno e pouco tempo de permanência do visitante no local e na comunidade rural.

A pescaria, enquanto atividade de lazer para o turismo no espaço rural, não se limita aos pesque-pague. Quase a metade dos empreendimentos levantados (564) oferece a seus visitantes a possibilidade de realizar pescarias. Esta é uma atividade bastante apreciada e praticada pelas pessoas no contato com o mundo rural e geralmente envolve todos os tipos de público e de faixa etária.

A oferta de serviços de alimentação como restaurantes, bares e lanchonetes, cafés coloniais e refeições nas casas dos agricultores, é bastante freqüente nos empreendimentos turísticos (Figura 7).

FIGURA 7 - PRINCIPAIS SERVIÇOS OFERECIDOS AOS TURISTAS NOS EMPREENDIMENTOS PESQUISADOS



Um número significativo de unidades pesquisadas pratica a venda direta aos turistas de alimentos da indústria caseira, de artesanato e está estruturado para o recebimento de visitas às suas unidades de produção agropecuária ou de transformação industrial de produtos alimentícios, na prática, do chamado turismo de conhecimento.

É bastante freqüente a oferta aos visitantes de serviços que facilitam o contato e a contemplação da natureza, como caminhadas por trilhas ecológicas, cavalgadas, e outros passeios. É muito significativa também a disponibilidade de áreas para a prática de esportes, inclusive os chamados esportes radicais.

Nas diferentes regiões, a oferta de serviços adicionais aos turistas que buscam lazer no espaço rural guarda estreita relação com suas próprias características e especificidades.

Nos empreendimentos sediados na região Oeste, 30% das unidades são de pesque-pague, mas representam 60% do total de locais onde é possível a prática de pescarias, que é feita, em geral, em tanques e açudes no interior de propriedades agrícolas. Nesta região, são freqüentes as unidades que oferecem atividades aquáticas, a prática de esporte e serviços de bar e lanchonete.

No norte do estado, a freqüência relativa dos serviços oferecidos é semelhante à apresentada no oeste, onde se destaca também a possibilidade da prática da pesca em 63% dos empreendimentos turísticos.

Já na região Serrana, compatível com suas características de região fria e de campos, além de pescaria, a maior parte das unidades oferta serviços de hospedagem, cavalgadas e caminhadas ecológicas. Nesta região, quando comparada às demais, os serviços de alimentação são bem mais freqüentes, o que está em linha com o fato de as pessoas permanecerem mais tempo nestes pontos de lazer, inclusive hospedando-se com maior freqüência.

Na região Sul, devido à maior importância relativa das categorias de empreendimentos mais especializados em determinados serviços, como o comércio de alimentos e o turismo de conhecimento, quaisquer dos serviços estão disponíveis em menos de uma terça parte das unidades existentes.

resultados da pesquisa

No Vale do Itajaí, onde os pesque-pague têm importância destacada, a maior parte dos pontos de visita dos turistas no meio rural dispõe de pescaria e

serviços de alimentação, os quais também predominam na região da Grande Florianópolis, juntamente com as atividades aquáticas.

Tempo de atividade, capacidade de atendimento e procedência dos turistas

Os empreendimentos de turismo no espaço rural de Santa Catarina são, de modo geral, bastante recentes, com 60% deles tendo não mais do que cinco anos de funcionamento e 20% não estão sequer há dois anos em operação (Tabela 2). Se considerarmos que os empreendimentos econômicos só se consolidam após vários anos de experiência e que nesta atividade, pelas suas peculiaridades, este tempo é ainda maior, fica clara a predominância de unidades no estágio inicial de seu ciclo de vida.

As categorias em que mais predominam as unidades com pouco tempo de operação são os pesque-pague e as unidades de lazer em geral. Já na venda de produtos, atividade já tradicional no meio rural, predominam as unidades com maior tempo de funcionamento (63% está em operação há mais de cinco anos).

A região Oeste do estado e a Serrana são as que apresentam o maior percentual de empreendimentos com pouco tempo de implantação. No Oeste, menos de um terço das unidades turísticas tem mais de cinco anos de existência e 30% estão em operação há menos de dois anos. Na região Serrana, apenas 33% dos empreendimentos estão em funcionamento há cinco anos ou mais.

Quanto à capacidade de atendimento, verificou-se que 37% dos empreendimentos declararam poder atender mais de 100 pessoas ao mesmo tempo, o que estaria a indicar tratar-se de unidades de médio e grande porte. Os camping, os pesque-pague, os parques aquáticos e as unidades de lazer em geral são as que manifestaram poder atender simultaneamente a

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS SEGUNDO O TEMPO DE OPERAÇÃO

CATEGORIA DE ATIVIDADE PRINCIPAL	TEMPO DE ATIVIDADE			
	MÉDIA (ANOS)	< 2 ANOS	2 A 5 ANOS	> 5 ANOS
Serviços de hospedagem	5	38	54	48
Camping	6	19	42	32
Serviços de alimentação	7	21	50	41
Venda de produtos	12	23	61	143
Turismo de conhecimento	6	25	27	29
Pesque-pague	4	61	151	86
Parque aquático	5	12	26	28
Lazer em geral	4	29	40	32
Outra categoria	14	10	12	34
TOTAL	7	238	463	473

FONTE: Pesquisa de Campo.

um maior número de visitantes. As unidades de hospedagem e de venda de produtos, por outro lado, são as que apresentam relativamente menor capacidade de recepção de pessoas.

Os visitantes dos empreendimentos de turismo em áreas rurais em Santa Catarina costumam fazer viagens de curta distância para esta finalidade. A origem geográfica destes turistas é predominantemente do município que sedia o empreendimento visitado (42%) ou de outros da região (36%) (Tabela 3).

A única categoria de atividade em que os clientes são majoritariamente de outras regiões em relação

ao município sede do empreendimento ou de outros estados do País é a de hospedagem, o que é coerente com o fato de as pessoas pernovernarem mais facilmente durante suas viagens turísticas quando se deslocam para locais distantes de sua residência.

A preferência pelo deslocamento para locais próximos, por parte das pessoas que têm demandado o turismo em áreas rurais, indica que a proximidade de centros urbanos e de locais de bom fluxo de pessoas pode ser um fator importante para que um maior número de estabelecimentos possa se dedicar ao turismo e com maior chance de sobrevivência.

TABELA 3 – ORIGEM GEOGRÁFICA DOS VISITANTES NAS DIFERENTES CATEGORIAS DE ATIVIDADE PRINCIPAL

(% médio)

CATEGORIA DE ATIVIDADE PRINCIPAL	MUNICÍPIO	REGIÃO	OUTRAS REGIÕES	OUTROS ESTADOS	OUTROS PAÍSES
Serviços de hospedagem	14	32	31	21	2
Camping	16	55	24	5	0
Serviços de alimentação	37	40	14	7	1
Venda de produtos	46	37	9	6	1
Turismo de conhecimento	34	35	20	10	1
Pesque-pague	41	48	7	4	0
Parque aquático	30	52	10	8	1
Lazer em geral	41	34	13	11	2
Outra categoria	34	29	12	17	9
TOTAL	38	38	14	9	1

FONTE: Pesquisa de Campo.

Capacitação e ocupação de mão-de-obra pelos empreendimentos de turismo no espaço rural catarinense

Os 1.174 empreendimentos turísticos cadastrados ocupam 6.115 pessoas com as atividades turísticas, sendo mais da metade composta por membros da unidade familiar. Apenas 50% dos estabelecimentos ocupam pessoas da família em tempo integral com o turismo e o restante envolve os familiares apenas em tempo parcial, o que mostra que a recepção de turistas, na metade dos casos, não é uma atividade contínua, nem ocupa integralmente o tempo das pessoas. Com isso, cerca de 60% das pessoas familiares que se envolvem com as atividades turísticas o fazem em tempo parcial, geralmente nos finais de semana.

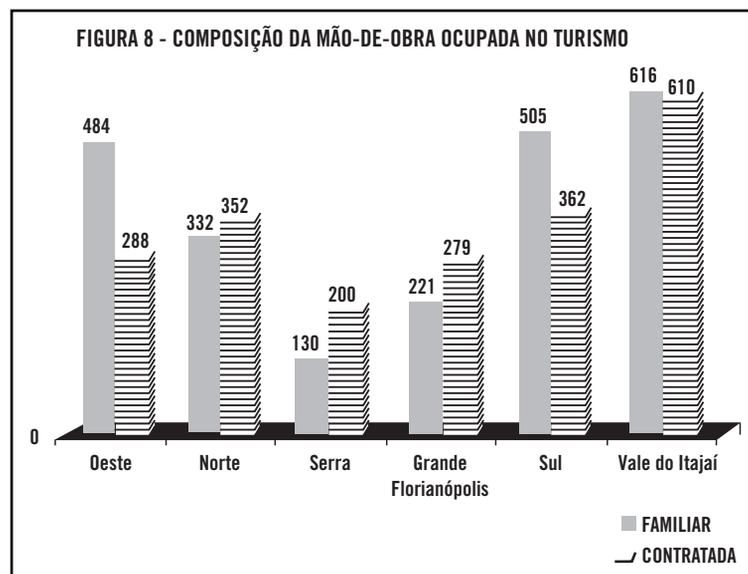
A maior parte das pessoas contratadas para as atividades voltadas ao atendimento ao turista também prestam serviços temporários, em geral nos momentos de pico de recepção de pessoas que ocorrem nos finais de semana (54% do total das pessoas contratadas).

Considerando-se o número de ocupações proporcionadas pelos empreendimentos de turismo existentes no espaço rural de Santa Catarina em equivalentes pessoas em tempo integral⁵, tem-se um montante de 4.375 postos de trabalho gerados pelos empreendimentos de turismo no espaço rural do estado. Deste total, 2.286 pessoas são membros da família dos proprietários dos empreendimentos e o restante corresponde ao pessoal contratado.

A região que ocupa um maior número de pessoas no turismo em áreas rurais é o Vale do Itajaí, seguido pela região Sul, pela Oeste e pela Norte (Figura 8). As regiões Florianópolis, Norte e Serrana são as que possuem maior número de pessoas ocupadas por estabelecimento (5,9, 4,5 e 4,4, respectivamente). Estas regiões também são as que apresentam um número superior de pessoas contratadas para o turismo em relação à mão-de-obra familiar ocupada na atividade.

⁵Isto é, considerando-se que a cada duas pessoas ocupadas parcialmente equivalem a uma ocupação em tempo integral.

LEVANTAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL DE SANTA CATARINA



No que diz respeito à capacitação da mão-de-obra, constatou-se que 42% dos empreendimentos cadastrados não receberam qualquer tipo de capacitação ou não treinaram seu pessoal para as atividades ligadas ao turismo (Tabela 4). Nos estabelecimentos turísticos em operação mais recente (há menos de um ano), apenas um terço declarou ter recebido algum treinamento para atuar na atividade.

Estes dados mostram uma grande deficiência de capacitação em grande parte dos estabelecimentos que operam no turismo no espaço rural em Santa Catarina, especialmente aqueles que se encontram em início de operação.

As entidades mais atuantes em termos de capacitação e treinamento em turismo no espaço rural, como pode ser visto na tabela 4, são, na ordem, a Epagri, o Sebrae, as prefeituras e o Senar/Senac.

TABELA 4 - ORIGEM DO TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO, SEGUNDO O TEMPO DE EXISTÊNCIA DO EMPREENDEDIMENTO/ATIVIDADE

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM DO TREINAMENTO	TOTAL		< 1 ANO		1 A 3		> 3 ANOS	
	(Nº EMP.)	(% EMP.)	(Nº EMP.)	(% EMP.)	(Nº EMP.)	(% EMP.)	(Nº EMP.)	(% EMP.)
Epagri	346	29	4	11	102	25	240	36
Embratur	36	3	2	6	10	2	24	2
Senar/Senac	137	12	3	8	58	14	76	9
Sebrae	314	27	5	14	118	29	191	25
Prefeitura municipal	188	16	6	17	63	15	119	6
Universidades	64	5	3	8	24	6	37	4
ONGs	21	2	1	3	10	2	10	3
Profissional autônomo	28	2	2	6	9	2	17	3
Empresa privada	29	2	0	0	9	2	20	1
Outros/não sabe	56	5	1	3	20	5	35	5
Não receberam capacitação	491	42	24	67	168	41	299	45
TOTAL EMPREENDEDIMENTOS	1.174	100	36	100	408	100	730	100

FONTE: Pesquisa de Campo.

O turismo no espaço rural de Santa Catarina e as atividades agropecuárias

Foram cadastrados 765 empreendimentos de turismo no espaço rural de Santa Catarina (65% do total cadastrado) em que, além da atividade turística, se explora a agropecuária. Ou seja, nestas propriedades a criação de animais e/ou o cultivo de vegetais para fins econômicos ocorre em paralelo ou em complementação com as atividades de atendimento ao turista.

De modo semelhante à estrutura produtiva do setor agrícola catarinense, as pequenas propriedades são predominantes neste grupo (a maioria delas tem menos de 25 hectares de área total). Considerando-se que a área mediana efetivamente utilizada para a atividade agropecuária é de apenas oito hectares, pode-se dizer que se trata, de um modo geral, de pequenos agricultores que buscam na atividade turística uma forma de agregar valor aos seus produtos agrícolas e/ou de melhorar a renda através desta atividade complementar, além de outros benefícios.

As regiões que mais possuem empreendimentos de turismo no espaço rural acoplados à propriedades de exploração agropecuária são a Sul (205), a do Vale do Itajaí (190) e a do Oeste (182). A região da Grande Florianópolis é a que possui o menor número destes empreendimentos (apenas 42); também esta é a região de menor participação das

unidades que combinam a agropecuária à atividade turística em relação ao número total de empreendimentos turísticos existentes (44%).

O conjunto dos empreendimentos de turismo em áreas rurais que também desenvolve atividades agropecuárias dá ocupação a 4.652 pessoas em equivalente tempo integral, sendo 2.529 na agropecuária, 2.008 no turismo e 115 em outras atividades dentro das propriedades. A maior parte destas ocupações (67%) é de pessoas não contratadas, ou seja, de membros das unidades familiares dos proprietários dos empreendimentos.

Considerando-se apenas o subgrupo de empreendimentos que também possui atividade agropecuária, constata-se que nas três regiões com maior número de unidades (Sul, Oeste e Vale do Itajaí), ao contrário das demais, a agropecuária tem uma contribuição relativa maior do que a atividade turística na absorção de mão-de-obra (Figura 9). Isso está em linha com a importância que possui a agropecuária para estas regiões vis-a-vis às demais.

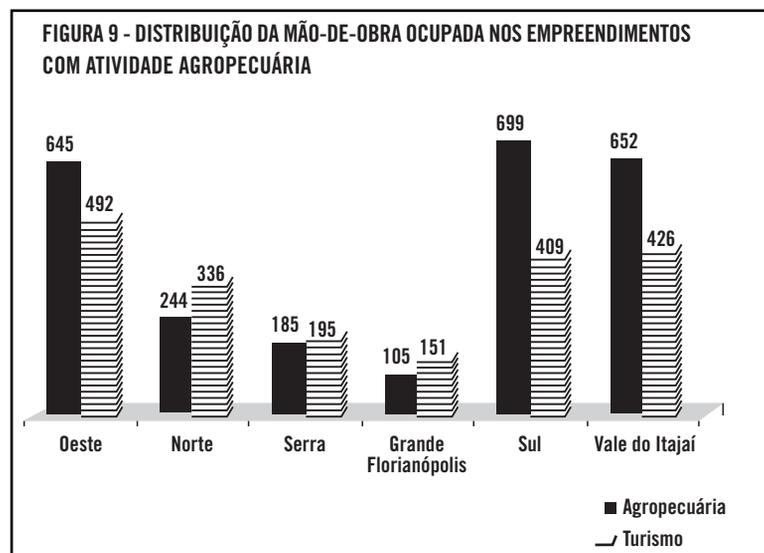
Dos 765 empreendimentos turísticos que possuem atividade agropecuária, 551 foram classificados como empreendimentos de agroturismo. Como definido na seção de conceitos, no capítulo da meto-

■ ■ ■ LEVANTAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL DE SANTA CATARINA ■ ■ ■

dologia, o agroturismo é um segmento desenvolvido no espaço rural por agricultores familiares que utilizam majoritariamente a mão-de-obra da família e se baseiam na agropecuária para a obtenção de uma importante parcela da renda familiar total.

Estes 551 empreendimentos de agroturismo são formados por 161 pesque-pague (29%), 144 estabele-

cimentos de venda de produtos (26%), 56 estabelecimentos que são visitados para turismo de conhecimento (10%), 47 camping (9%), 40 estabelecimentos que têm a hospedagem como serviço principal para oferecer ao turista (7%), 32 estabelecimentos com serviços de alimentação (6%) e 71 estabelecimentos de outras categorias de serviços turísticos (14%)⁶.



⁶A descrição e caracterização do agroturismo em Santa Catarina, bem como a realização de estudos de caso para avaliar o impacto e as potencialidades desta modalidade de turismo para a agricultura familiar serão objeto de uma segunda etapa desta pesquisa.

resultados da pesquisa

Financiamento e renda nos empreendimentos de turismo no espaço rural catarinense

A tabela 5 mostra, por categoria de atividade principal, o percentual de informantes segundo a origem dos recursos financeiros utilizados para a implantação e o desenvolvimento das atividades turísticas. Nada menos que 82% dos empreendedores de turismo no espaço rural utilizaram recursos próprios para o financiamento do negócio turístico.

A região Serrana apresentou o maior percentual de empreendimentos que utilizaram recursos próprios (92%) e a região Oeste é aquela que mais utilizou recursos de terceiros para financiar a implantação das atividades de turismo (22%, dos casos).

A preponderância do uso dos próprios recursos para esta finalidade ocorre em todas as categorias de

empreendimentos. Os que recorrem a financiamento bancário o fazem, em geral, para a atividade agropecuária (criação de peixes, implantação de pequenas agroindústrias, etc.) e acoplam, posteriormente, os serviços de venda e/ou de atendimento ao turista.

As dificuldades em dispor de recursos bancários em condições apropriadas às características da atividade (retorno de médio e longo prazo) têm impedido a realização dos investimentos necessários à melhoria das condições operacionais destas unidades, especialmente para aquelas pertencentes aos pequenos produtores familiares e que possuem maiores dificuldades financeiras.

TABELA 5 - ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS EMPREGADOS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS, SEGUNDO A CATEGORIA DE ATIVIDADE PRINCIPAL

(% de informantes)

CATEGORIA DE ATIVIDADE PRINCIPAL	ORIGEM DOS RECURSOS					
	PRÓPRIOS	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	FINANCIAMENTO DE PARTICULAR	CONTRIBUIÇÃO/DOAÇÃO	NOVO SÓCIO	OUTROS
Serviços de hospedagem	83	12	5	0	1	0
Camping	87	4	2	3	1	3
Serviços de alimentação	87	8	2	2	1	1
Venda de produtos	81	12	2	2	2	1
Turismo de conhecimento	70	17	0	8	2	3
Pesque-pague	84	10	3	1	0	2
Parque aquático	73	9	16	1	1	0
Lazer em geral	89	5	2	3	0	1
Outra categoria	69	5	0	15	3	8
Total	82	10	3	3	1	2

FONTE: Pesquisa de Campo.

■ ■ ■ LEVANTAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL DE SANTA CATARINA ■ ■ ■

O negócio turismo contribui, em média, com 40% na formação da renda familiar de seus empreendedores, contra 34% da agropecuária e 25% de outras fontes – inclusive aposentadorias (Tabela 6). A importância econômica do empreendimento turístico para as famílias de seus proprietários é bastante variável de um estabelecimento para outro; em 50% deles representa menos de 30% da renda total.

O negócio turismo tem mais contribuição relativa na composição da renda familiar dos empreendedores da Grande Florianópolis (59% em média) e na região Norte (média de 51%). Nestas duas regiões, para a metade dos estabelecimentos em que o turismo tem maior contribuição para a renda familiar, esta participação é de pelo menos 60% e 50%, respectivamente.

Nas regiões Oeste, Sul e Vale do Itajaí, em contrapartida, a atividade turística tem uma contribuição bem mais modesta para a renda das famílias. O percentual mediano de participação do turismo na renda é de 25% no Vale do Itajaí e de 20% nas outras duas regiões.

Esta marcante diferença entre as regiões quanto à importância relativa da atividade turística para a renda dos empreendedores pode ser creditada a dois fatos. O primeiro, é que devido à maior proximidade dos empreendimentos localizados na região Norte e na da Grande Florianópolis aos centros urbanos do estado e da faixa litorânea, o afluxo de pessoas aos empreendimentos de turismo no espaço rural tende a ser maior nestas regiões, o que poderia levar a uma maior movimentação econômica no negócio turismo destes estabelecimentos.

Uma segunda razão pode ser o fato de a Oeste, a Sul e a do Vale do Itajaí serem justamente as três regiões mais importantes de Santa Catarina do ponto de vista agropecuário e que abrigam a maior parte dos empreendimentos de agroturismo, situação que torna esperada uma maior participação relativa da agropecuária na renda destes empreendimentos.

As indicações anteriores ficam mais evidentes se for considerado para todo o estado apenas o grupo de empreendimentos turísticos que possui também

TABELA 6 - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL MÉDIA E MEDIANA DA RENDA LÍQUIDA DA UNIDADE FAMILIAR, SEGUNDO A ORIGEM E CATEGORIA DE ATIVIDADE PRINCIPAL DOS EMPREENDIMENTOS

(valores em %)

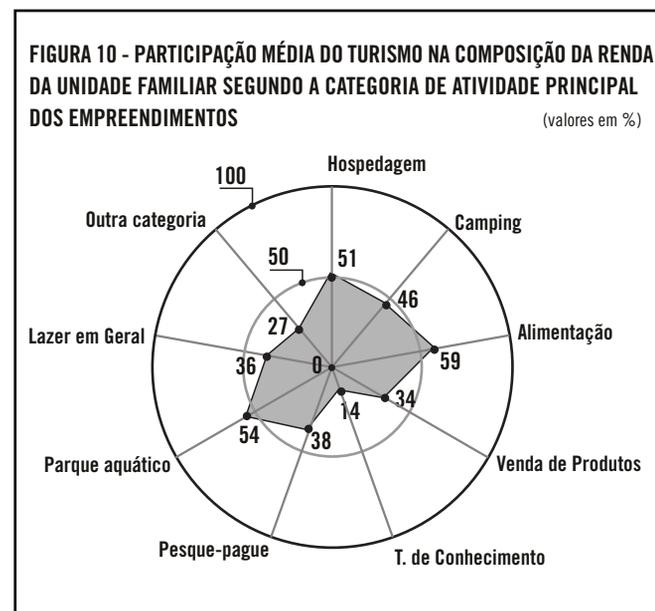
CATEGORIA DE ATIVIDADE PRINCIPAL	AGROP. MÉDIA	AGROP. MEDIANA	TURIS. MÉDIA	TURIS. MEDIANA	APOS. MÉDIA	APOS. MEDIANA	OUTRA MÉDIA	OUTRA MEDIANA
Serviços de hospedagem	25	8	51	40	6	0	18	0
Camping	34	30	46	40	6	0	13	0
Serviços de alimentação	18	0	59	50	7	0	16	0
Venda de produtos	41	40	34	20	9	0	16	0
Turismo de conhecimento	61	70	14	10	7	0	15	0
Pesque-pague	39	30	38	30	6	0	18	0
Parque aquático	15	0	54	50	4	0	26	0
Lazer em geral	35	20	36	20	8	0	18	0
Outra categoria	23	0	27	15	8	0	27	0
TOTAL	34	20	40	30	7	0	18	0

FONTE: Pesquisa de Campo.

resultados da pesquisa

atividade agrícola. Para este grupo, o negócio turístico contribui, em média, com apenas 30% da renda familiar do proprietário (mediana de 20%), enquanto a participação da agropecuária é de 53% em média (mediana de 50%).

Do mesmo modo, para algumas categorias de atividade turística o turismo se mostra bem mais importante para a renda das famílias envolvidas do que para outras. Esta importância é maior para as unidades das categorias serviços de alimentação, parques aquáticos, serviços de hospedagem e camping, contribuindo, respectivamente, com 59%, 54%, 51%, e 46%, em média, da renda familiar (Figura 10). As contribuições menos significativas para a renda das famílias são proporcionadas pelas unidades de turismo de conhecimento, de venda de produtos e de lazer em geral.



Perspectivas de ampliação e oferta de novos serviços e dificuldades para o desenvolvimento das atividades turísticas no espaço rural de Santa Catarina

Pelas informações cadastrais foram levantadas as principais dificuldades sentidas pelos empreendedores para desenvolver o negócio turístico. Dos nove itens mais apontados pelos entrevistados, três são de natureza financeira (Figura 11).

A falta de recursos próprios foi destacadamente o mais importante gargalo apontado no levantamento. A maioria dos empreendedores (62%) declarou que a disponibilidade de recursos próprios é insuficiente para realizar os investimentos necessários para promover as melhorias e ampliações desejadas para a atividade turística.



A dificuldade de obtenção de financiamento para a atividade foi indicada por 37% dos entrevistados e 14% deles declararam ser o custo da operação de crédito um fator limitante para efetuar as ações de melhoria nos empreendimentos.

Estas limitações de ordem financeira podem estar relacionadas à falta de informações dos empreendedores acerca das linhas de crédito existentes e às dificuldades de acesso a elas, seja pela insuficiência de garantias, seja pelo pouco interesse dos agentes financeiros em realizar tais operações, já que são geralmente de pequeno valor. O custo financeiro, quando a operação de crédito não se enquadrar nas condições do financiamento agropecuário, também é uma forte restrição ao uso do crédito bancário.

Outras limitações importantes apontadas para o desenvolvimento das atividades foram: más condições de conservação das estradas que dão acesso aos estabelecimentos turísticos (28%); falta de apoio do setor público (25%); falta de divulgação (23%); deficiências na infra-estrutura de comunicação, energia ou sinalização (23%); falta de capacitação, treinamento e assessoria técnica (14%).

A tabela 7 mostra a frequência de indicação por dificuldades para o desenvolvimento das atividades turísticas segundo a categoria de atividade principal dos empreendimentos. Observa-se que, em termos relativos, a insuficiência de recursos próprios é um entrave de maior importância para os camping e os pesque-pague quando comparados às demais catego-

resultados da pesquisa

TABELA 7 - PRINCIPAIS DIFICULDADES PERCEBIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS, SEGUNDO A CATEGORIA DO EMPREENDIMENTO

(Nº de empreendimentos informantes)

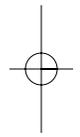
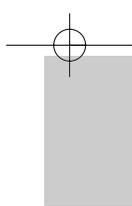
DIFICULDADE	TOTAL	SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	CAMPING	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	VENDA DE PRODUTOS	TURISMO DE CONHECIMENTO	PESQUE-PAGUE	PARQUE AQUÁTICO	LAZER EM GERAL	OUTRA CATEGORIA
Falta recursos próprios	733	72	70	62	134	44	211	43	63	34
Dificuldade obter financiamento	436	32	50	34	93	29	122	26	37	13
Estrada de má qualidade	331	55	27	44	52	23	68	22	27	13
Falta apoio do setor público	297	44	24	31	47	14	74	19	31	13
Falta de divulgação	268	40	23	31	48	13	62	17	22	12
Falta de infra-estrutura de apoio	265	38	20	35	36	26	50	15	25	20
Custo do financiamento	175	22	11	20	30	10	53	18	9	2
Falta assessoria técnica	169	13	10	9	28	16	55	9	21	8
Falta capacitação/treinamento	166	16	10	12	30	16	37	9	22	14
Pequeno número clientes	130	24	9	12	24	10	37	3	9	2
Falta mão-obra familiar	110	7	3	6	48	6	28	5	4	3
Legislação restritiva	65	9	3	3	26	3	4	6	8	3
Outra	23	3	0	5	2	0	7	1	2	3
Total de dificuldades	3.168	375	260	304	598	210	808	193	280	140

FONTE: Pesquisa de Campo.

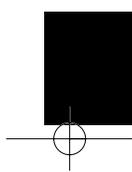
rias. A obtenção de financiamento também é uma dificuldade maior para os camping em relação aos demais grupos de atividade. Do mesmo modo, a má qualidade das estradas e a falta de divulgação são percebidas mais facilmente pelos estabelecimentos com serviços de hospedagem e de alimentação.

Apesar das dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades turísticas no espaço rural catarinense, especialmente de ordem financeira, a imensa maioria dos empreendedores (86%), independentemente da categoria de serviço oferecido, pretende ampliar sua capacidade de atendimento ao turista. Apenas 13% dos empreendedores informaram que têm a intenção de manter os níveis atuais de capacidade de atendimento de público e apenas 1% declarou pretender reduzir seu negócio.

De modo semelhante, a esmagadora maioria dos entrevistados (85%) declararam que pretendem, nos próximos anos, agregar novos serviços turísticos aos já existentes. Nas unidades de venda de produtos e de turismo de conhecimento, uma parcela maior de empreendedores não tem intenção de prestar novos serviços; mesmo assim, mais de 75% das unidades destas categorias pretendem ofertar novos produtos ou serviços aos visitantes.



CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES



considerações finais, limitações e recomendações

Os resultados do levantamento cadastral realizado mostram que o turismo em áreas rurais de Santa Catarina possui dimensões importantes, envolvendo quase 1.200 empreendimentos, que vendem produtos ou prestam serviços ao turista e se encontram relativamente bem-distribuídos entre as regiões e os municípios catarinenses.

Grande parte dos empreendimentos é conduzida por pequenos agricultores que buscam na atividade turística uma forma de agregar valor aos seus produtos agrícolas e/ou de melhorar a renda através desta atividade complementar, além de outros benefícios.

Embora se tenha feito um grande esforço em realizar um censo cadastral de todos os empreendimentos de turismo existentes no espaço rural de Santa Catarina, é possível que algumas unidades não tenham sido incluídas no levantamento, pois em alguns municípios foi difícil obter informações sobre a existência deste tipo de empreendimento; em outros, o levantamento pode não ter sido feito por completo.

Por outro lado, ainda que se tenha procurado incluir somente as unidades de venda de produtos que fazem parte de roteiros de passeios e visitas turísticas e excluir os pontos tradicionais de venda, em que os consumidores se deslocam somente para adquirir os produtos coloniais junto aos produtores, no momento do levantamento houve dificuldade de distinguir estas duas situações. Por isso, é bem pro-

vável que a representação desta categoria de empreendimento (venda de produtos) tenha sido superestimada na pesquisa.

Os empreendimentos mais numerosos são os de pesque-pague e os de venda de produtos. Estas atividades são tradicionais no espaço rural; são de implementação relativamente fácil e são mais bem conhecidas do público consumidor.

Aqueles com maior capacidade de agregação de valor aos produtos e serviços e de maior efeito multiplicador sobre as comunidades rurais, como os serviços de hospedagem e alimentação, são menos expressivos no espaço rural catarinense. A pouca disponibilidade de estruturas de hospedagem reflete a característica marcante do turismo em áreas rurais de Santa Catarina, em que predominam os deslocamentos de curtas distâncias e de pouco tempo de permanência no local visitado.

A distribuição geográfica dos empreendimentos, segundo o tipo de serviço oferecido, guarda uma estreita relação com as condições naturais e históricas das regiões. A venda de produtos é mais representativa no sul, região colonizada principalmente por italianos, com tradição na fabricação de queijos, salames, etc.; já os hotéis e pousadas rurais estão mais concentrados na região serrana, zona do frio; enquanto que os pesque-pague são mais importantes no Vale do Itajaí, no oeste e no norte, áreas tradicionais de piscicultura.

Percebe-se que os empreendimentos que se encontram mais isolados e desvinculados dos circuitos turísticos e com pouca complementaridade com outras unidades apresentam maior ociosidade e menor contribuição para a renda das famílias envolvidas. As dificuldades tendem a ser maiores quando são poucos os serviços ofertados aos visitantes, o que contribui para que o tempo de sua permanência no local e na comunidade rural seja menor.

Predominam os empreendimentos implantados recentemente. A maioria tem menos de cinco anos de funcionamento. Não foi possível identificar se esta “juvenildade” dos equipamentos de turismo no espaço rural catarinense é fruto do surgimento de muitas novas iniciativas nos anos recentes ou se está havendo um alto índice de rotatividade, com freqüentes entradas e saídas de empreendedores em algumas atividades. É possível que esteja havendo freqüentes sucumbências de iniciativas nos primeiros anos de operação, a exemplo do que ocorre em várias atividades urbanas.

Assim, sugere-se a realização estudos para aprofundar a questão e conhecer a “taxa de mortalidade infantil” dos empreendimentos de turismo em áreas rurais e suas causas, a fim de que medidas concretas possam ser tomadas no intuito de reduzir este fenômeno.

A forma-padrão da implantação das unidades turísticas é a informalidade, sem constituição de firma e através do uso de recursos próprios. Quase todas são

iniciativas individuais, isto é, não se costuma compor sociedade com outras pessoas para financiar, implantar e conduzir empreendimentos turísticos em áreas rurais.

A atividade já apresenta impactos bastante expressivos na geração da renda e do emprego das famílias envolvidas. O turismo contribui, em média, com 40% do rendimento familiar dos empreendedores, embora em 50% dos casos a participação fique abaixo dos 30% da renda total da unidade familiar. Deve-se ressaltar, no entanto, que, devido às dificuldades em se obter de forma exata as diversas fontes de renda dessas unidades produtivas, esses percentuais podem estar superestimados.

Constatou-se que 6.115 pessoas são ocupadas nas atividades de atendimento ao turista no espaço rural de Santa Catarina. A maioria é composta de membros das famílias dos proprietários dos empreendimentos e se dedica à atividade apenas nos finais de semana, período de maior recepção de turistas.

Os gargalos percebidos com maior frequência pelos empreendedores são de natureza financeira, como a falta de recursos próprios ou as dificuldades para a obtenção de financiamento. Uma boa parte deles indica a insuficiência de apoio público e de divulgação junto aos consumidores potenciais dos produtos e serviços oferecidos. Frequentemente são apontadas deficiências na conservação das estradas e na infra-estrutura de comunicação, energia e sinalização orientadora para os visitantes.

considerações finais, limitações e recomendações

Os resultados da pesquisa revelaram haver falta de capacitação em boa parte dos estabelecimentos que operam este segmento do turismo em Santa Catarina, especialmente naqueles que se encontram em início de operação. O percentual das unidades em funcionamento que não recebeu nenhum tipo de treinamento para a atividade turística é de 40%.

A oferta de produtos e serviços de baixa qualidade pela falta de capacitação empreendedora e em gestão e pela inadequação dos equipamentos e da infraestrutura às exigências e demandas dos turistas é, certamente, um dos principais entraves para a disseminação e desenvolvimento do turismo no espaço rural.

Considerando a pouca experiência acumulada neste segmento, com a maioria dos empreendimentos no início do seu ciclo de vida e com sérias limitações de ordem financeira, técnica e operacional, e a importância estratégica que esta atividade pode vir a assumir no desenvolvimento sustentável do espaço rural, parece necessário que se desenvolvam políticas específicas para o setor, porém vinculadas e harmonizadas com as políticas de desenvolvimento rural e de turismo em geral.

Como ponto de partida, é fundamental que sejam uniformizados os conceitos, reduzindo a multiplicidade e divergência das definições existentes, quanto a modalidades, formas e tipos de turismo inerentes às áreas rurais, que só fazem confundir os turistas e dificultar o encaminhamento de políticas diferenciadas para o setor e seus segmentos.

Parece urgente a necessidade de se criar um quadro-guia para a atividade, de abrangência nacional, mas que abra caminho para normas específicas, adaptáveis às condições e interesses de regiões e estados.

Faz-se necessária a formulação de uma política abrangente e diferenciada de apoio e fortalecimento do turismo em áreas rurais, contemplando:

- formas de financiamento compatíveis com as condições e a realidade do setor e diferenciadas segundo as modalidades de turismo existentes e o perfil do tomador;
- amplo programa de divulgação da atividade, de capacitação de agentes de apoio e empreendedores e de qualificação dos produtos e serviços oferecidos;
- mecanismos de incentivo à dotação e melhoria da infraestrutura para o turismo em áreas rurais, envolvendo todos os atores e grupos de interesse.

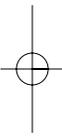
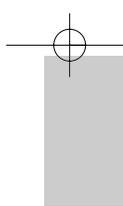
Para dar maior eficácia às políticas de desenvolvimento do turismo no espaço rural e sustentabilidade às suas ações, é fundamental que elas estejam articuladas com as políticas gerais para o turismo e priorizem a formação de aglomerados turísticos, a valorização e o empoderamento dos territórios e das áreas com maior potencial turístico.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

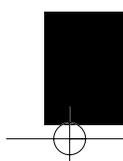
GRAZIANO DA SILVA, José. Turismo em Áreas Rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. in: Almeida, Joaquim Anécio et all (org.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1998. p 11-49.

OXINALDE, Miguel Del Reguero. Ecoturismo – nuevas formas de turismo em el espacio rural. Bosch Casa Editorial, Barcelona. 1994. citado em GRAZIANO DA SILVA, José. Turismo em Áreas Rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. in: Almeida, Joaquim Anécio et all (org.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1998. p 11-49.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. Turismo Rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (org.). **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. Editora Contexto, São Paulo, 2001. p. 101-116.



ANEXO



anexo



CADASTRO DOS EMPREENDIMENTOS DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL DE SANTA CATARINA

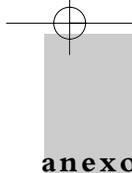
Município			Questionário		

1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1.1. IDENTIFICAÇÃO	
Nome do Empreendimento (razão social ou fantasia):	
Proprietário (nome):	Nº de sócios:
Informante (nome):	
<input type="checkbox"/> Proprietário	<input type="checkbox"/> Gerente contratado
<input type="checkbox"/> Outra pessoa habilitada	
Natureza do Empreendimento: <input type="checkbox"/> Pessoa Física <input type="checkbox"/> Pessoa Jurídica	
1.2. LOCALIZAÇÃO	
Rua (tifa, linha, estrada, etc.): Nº:	
Localidade (bairro, comunidade, etc.):	
Referência de localização:	
Município:	CEP:
Telefone: ()	Fax: ()
E-mail:	
1.3. ASPECTOS DA PROPRIEDADE	
1.3.1. Área total (terreno): [,] ha	1.3.2. Desenvolve atividade agropecuária comercialmente? <input type="checkbox"/> Sim, em: [,] ha <input type="checkbox"/> Não

2. ATIVIDADES TURÍSTICAS

2.1. PRINCIPAL TIPO DE ATIVIDADE TURÍSTICA (assinalar apenas uma alternativa)	
<input type="checkbox"/> Aluguel de quarto (vaga na habitação do proprietário)	<input type="checkbox"/> Turismo de conhecimento
<input type="checkbox"/> Pousada	<input type="checkbox"/> Venda de produtos (venda p/ turistas)
<input type="checkbox"/> Hotel	<input type="checkbox"/> Pesque-pague
<input type="checkbox"/> Camping	<input type="checkbox"/> Parque aquático
<input type="checkbox"/> Alimentação (para consumo no local)	<input type="checkbox"/> Lazer em geral (trilhas, cavalgadas, esportes em geral, etc)
<input type="checkbox"/> Outro (especificar) [] []	



anexo

2.2. SERVIÇOS E/OU INFRA-ESTRUTURA OFERECIDOS (assinalar uma ou mais alternativas após a leitura prévia de todos os itens)

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Águas termais | <input type="checkbox"/> Café colonial |
| <input type="checkbox"/> Área p/ práticas de esporte (quadra de esporte, bocha, etc.) | <input type="checkbox"/> Comércio de alimentos da indústria caseira |
| <input type="checkbox"/> Esportes radicais (rafting, canoagem, rappel, asa delta, etc.) | <input type="checkbox"/> Hospedagem |
| <input type="checkbox"/> Atividades aquáticas (piscinas, rios, cachoeiras, toboágua, etc.) | <input type="checkbox"/> Turismo cultural (museu, ruínas, pontos históricos, etc.) |
| <input type="checkbox"/> Cavalgadas/hipismo | <input type="checkbox"/> Turismo religioso |
| <input type="checkbox"/> Pescaria | <input type="checkbox"/> Visita à produção agrop. e turismo de conhecimento |
| <input type="checkbox"/> Trilhas ecológicas/caminhadas | <input type="checkbox"/> Eventos folclóricos |
| <input type="checkbox"/> Passeios diversos (charrete, carroça, barco, etc.) | <input type="checkbox"/> Visita à indústria rural |
| <input type="checkbox"/> Restaurante | <input type="checkbox"/> Educação ambiental (propriedade pedagógica) |
| <input type="checkbox"/> Refeições servidas na casa do produtor | <input type="checkbox"/> Comércio de artesanato |
| <input type="checkbox"/> Bar/lanchonete | <input type="checkbox"/> Outro (especificar): [_____] [_____] |

2.3. MÃO-DE-OBRA
2.3.1 Membros da unidade familiar do(s) proprietário (s)

2.3.1.1 Nº total de pessoas da unidade familiar que trabalham em ativ. econômica (remunerada ou não): . [_____]

2.3.1.2 Nº de pessoas da unidade familiar por tipo de atividade na época de maior ocupação com o turismo

Tempo	Agropecuária na propriedade	Turismo na propriedade	Outros ⁽¹⁾
integral			
parcial			

⁽¹⁾ Qualquer outra atividade, remunerada ou que agregue valor para a unidade familiar e/ou empreendimento.

2.3.2 Mão-de-obra contratada

Número de pessoas contratadas na época de maior contratação

Tempo	Agropecuária na propriedade	Turismo na propriedade
integral		
parcial		

2.4 TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO/ASSESSORIA TÉCNICA

2.4.1. Alguém, ligado a atividade turística, recebeu capacitação específica na área ?

(caso a resposta seja negativa passe para a questão 2.5)

 Sim

 Não

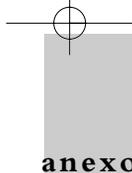
2.4.2. Instituição ou origem da capacitação recebida:

- | | |
|--------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Epagri | <input type="checkbox"/> Universidade |
| <input type="checkbox"/> Embratur | <input type="checkbox"/> ONG |
| <input type="checkbox"/> Senar/Senac | <input type="checkbox"/> Profissional autônomo |
| <input type="checkbox"/> Sebrae | <input type="checkbox"/> Empresa privada (do ramo) |
| <input type="checkbox"/> Prefeitura | <input type="checkbox"/> Outros/Não sabe |

2.5. TEMPO DE ATIVIDADE E CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

2.5.1. Há quanto tempo desenvolve atividade turística, em caráter comercial: [_____] anos completos

 2.5.2 Número de pessoas (clientes) que consegue atender, **simultaneamente**, na atividade turística principal (ver item 2.1): [_____] pessoas



anexo


2.6. DISTRIBUIÇÃO DO PÚBLICO VISITANTE SEGUNDO A ORIGEM (% médio no ano)			
Município (sede do empreendimento):	[]	Outros estados	[]
Região (municípios próximos):	[]	Outros países:	[]
Outras regiões do estado:	[]	Total:	100%
2.7. RECURSOS FINANCEIROS			
2.7.1. Origem dos recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades turísticas	2.7.2. Composição da renda líquida anual da unidade familiar, segundo a origem (em %)		
<input type="checkbox"/> Recursos próprios	Agropecuária (na propriedade) []		
<input type="checkbox"/> Financiamento em instituição financeira	Turismo (na propriedade) []		
<input type="checkbox"/> Financiamento de particular	Aposentadoria []		
<input type="checkbox"/> Contribuição/doação de entidades ou pessoas	Qualquer outra atividade (na ou fora da propr.) []		
<input type="checkbox"/> Agregação de novo(s) sócio(s)			
<input type="checkbox"/> Outro (especificar): [] []	Total 100%		
2.8. DIFICULDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA (assinalar no máximo 3 alternativas principais)			
<input type="checkbox"/> Falta recursos próprios	<input type="checkbox"/> Falta Assessoria técnica		
<input type="checkbox"/> Dificuldade de obtenção de financiamento	<input type="checkbox"/> Estrada de má qualidade		
<input type="checkbox"/> Falta de capacitação ou treinamento	<input type="checkbox"/> Deficiência na infra-estrutura de apoio (comunic. energia, sinalização etc.)		
<input type="checkbox"/> Custo de financiamento	<input type="checkbox"/> Falta de apoio do setor público		
<input type="checkbox"/> Falta de divulgação	<input type="checkbox"/> Falta de mão-de-obra familiar		
<input type="checkbox"/> Pequeno número de clientes	<input type="checkbox"/> Outro (especificar): [] []		
<input type="checkbox"/> Legislação restritiva ou ausente			
2.9. PERSPECTIVAS FUTURAS			
2.9.1. Quais as perspectivas futuras com relação à sua capacidade de atendimento nas atividades turísticas ?			
<input type="checkbox"/> Aumentar	<input type="checkbox"/> Permanecer como está	<input type="checkbox"/> Diminuir	<input type="checkbox"/> Fechar
2.9.2. Há perspectiva de oferecer novos serviços turísticos em 2 anos (diferentes dos já existentes)?			
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não		

CONTROLE

Pesquisador:	Instituição:	Telefone:	data:/...../01
Coordenador regional:	Instituição:	Telefone:	data:/...../01
Digitação:	Redigitação:		

Este relatório divulga os resultados do Levantamento dos Empreendimentos Turísticos no Espaço Rural de Santa Catarina, realizado pelo Instituto Cepa/SC em parceria com a Rede Cepagro e a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, com a colaboração da Federação Catarinense de Municípios – Fecam -, da Epagri e das prefeituras municipais.

Ao todo foram visitados e cadastrados 1.174 empreendimentos turísticos. Neste universo, foram identificadas 551 unidades de Agroturismo.

A pesquisa, patrocinada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf –, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA –, abrangeu todos os 293 municípios catarinenses.

Seus resultados constituem um censo cadastral dos empreendimentos de turismo no espaço rural de Santa Catarina, bem como identificam as principais categorias de equipamentos turísticos existentes neste espaço, sua localização, seu dimensionamento e sua importância econômica e social.

